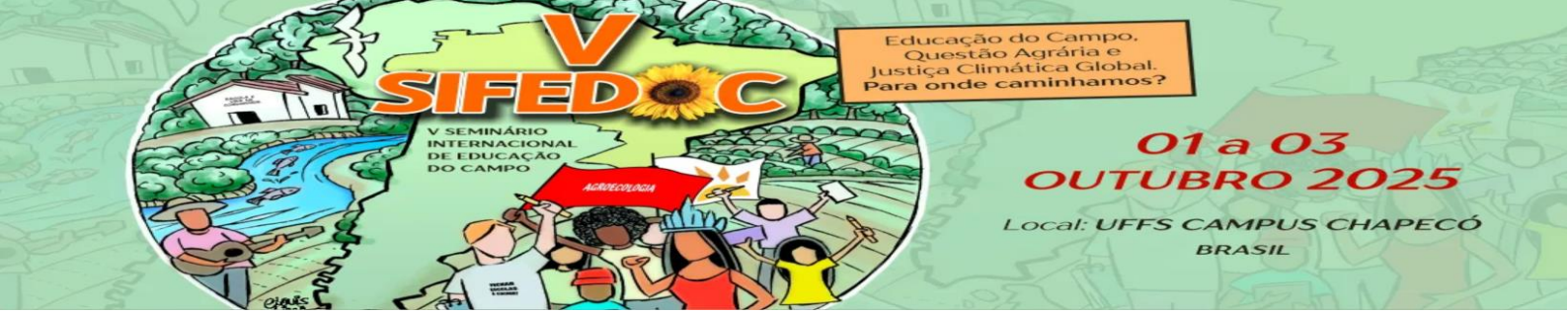


EDUCAÇÃO DO CAMPO E A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO POPULAR NO BAIXO TOCANTINS/PA: A LEDOC COMO CONQUISTA DOS MOVIMENTO SOCIAIS

Beatriz da Costa Sá[1]
Eraldo Souza do Carmo[2]
Hellen do Socorro de Araújo Silva[3]

Círculo de Saber: História, Epistemologias e Educação do Campo.

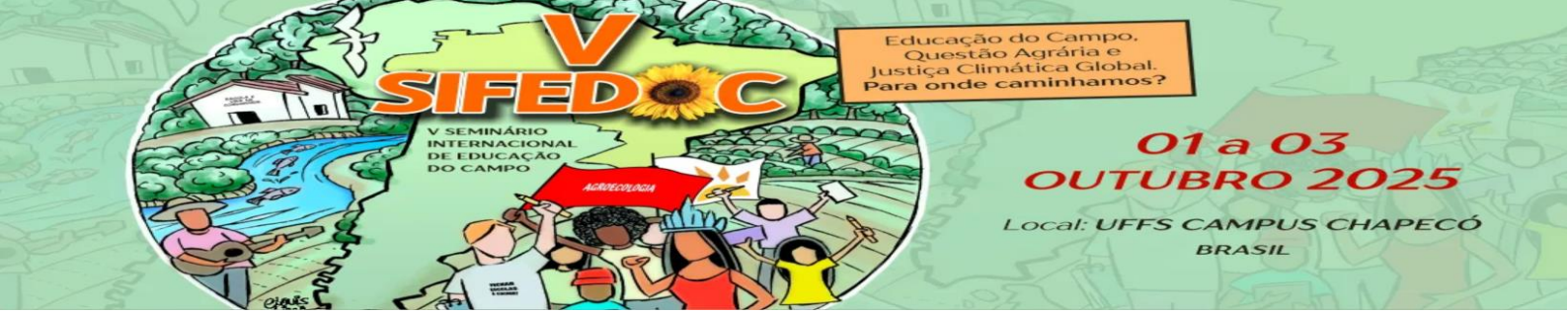
Palavras-chave: Educação Popular; Educação do Campo; Pratica Pedagógica.

Introdução

Assim como a cultura, a educação é tudo aquilo que o ser humano é capaz de cultivar, fazer germinar e transmitir para as próximas gerações, logo, ela é um produto natural das relações dos indivíduos com seu meio e com outros indivíduos. Entretando, a Educação Formal projetada para as classes populares, tem em sua origem o objetivo de disseminar os valores do capitalismo, bem como, castrar, adestrar e alienar os trabalhadores de sua própria realidade.

É diante dessa contradição que a Educação Popular se desenvolve no Brasil, como método de formação através de um despertar da consciência política, produzindo espaços de formação e valorização do conhecimento popular. Através da incorporação da metodologia de Educação Popular desenvolvida por Paulo Freire nos Movimentos Sociais, articulados as instituições de ensino, na luta pelo direto universal à educação para os sujeitos do campo, vemos nascer o leito histórico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC).

[1] Descente de Mestrado Acadêmico em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura, UFPA. E-mail: beatriz.sa@cameta.ufpa.br
[2] Docente da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Baixo Tocantins – Cametá, Doutor em Educação. E-mail: eraldo@ufpa.br.
Docente da Universidade Federal do Pará, Campus Guamá – Belém, Doutora em Educação. E-mail: hellen.ufpa@gmail.com



Diante disso, o presente estudo se debruça sobre a investigação da seguinte questão: O processo histórico da educação do campo no Baixo Tocantins – Cametá/PA tem se efetivado em meio aos princípios, valores e práticas da Educação Popular?

O objetivo desta pesquisa busca contribuir para discussão sobre os limites e lutas enfrentadas na construção de uma educação emancipadora no campo, possibilitando refletir os impactos de uma metodologia pedagógica voltada para a formação de agentes políticos, engajados em contribuir com uma educação do campo.

O estudo em questão, configura-se como uma pesquisa de cunho documental, no que dispõe Ludke e André (1986), abordando os aspectos normativos, históricos e bibliográficos das educações, pensadas para a classe trabalhadora, e a política de Educação do campo materializada através do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. A abordagem é qualitativa, baseada em Minayo (2001), pois “ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (Minayo, 2001, p 22).

Educação popular e Educação do Campo e seus processos históricos

Os interesses da Classe Hegemônica, estão impregnados desde a gênesis da escola formal, e sua função é difundir valores capitalistas, tais como; o egoísmo, individualismo, elitismo, competição, meritocracia e a falsa “igualdade” de oportunidades no sistema. Outra marca da educação formal no sistema capitalista, é o que Frigotto (2018), chama de dualismo da escola, na qual a escola criada para os filhos da burguesia, estimula o pensamento crítico, a capacidade de comanda e dirigir. E a outra, destinada aos filhos e filhas de classe trabalhadora, é sucateada constantemente e possui uma pedagogia tecnicista e adestradora.

A Escola formal foi idealizada por e para aqueles que não precisam vender sua força de trabalho, e podem destinar sua infância e adolescência exclusivamente para o aprendizado e recriação, e mesmo com a luta e auto organização do povo entorno de direto universal pela educação, ela mantém sua estrutura dualista.

E é nesse contexto de desigualdade e alienação de direitos, que a Educação Popular ganha força no Brasil. Questionando as relações de exploração, “como

construtora de uma Cultura Rebelde, que transcende o tempo e o espaço, portanto o ontem e o agora" (Brandão; Assumpção, 2009, p. 09).

O Movimento de Educação Popular surge como uma respostas político-pedagogia as mobilizações da população por direitos fundamentais no campo e na cidade, um dos marcos de fundação da sua matriz , foi o II Congresso de Nacional da Educação de Adultos, que aconteceu no final dos anos 50, e de acordo com Paiva (1987), diferentes posições sobre educação foram defendidas, e uma delas, através de Paulo Freire, era a concepção de Educação Popular que "[...] preconizava a alfabetização e a conscientização de todos" (Beisiegel, 1989, p.15).

> Paulo Freire, juntamente com outros educadores, sugeriu: a revisão dos transplantes que agiram sobre o nosso sistema educativo, a organização de cursos que correspondessem à realidade existencial dos alunos, o desenvolvimento de um trabalho educativo com o Homem e não para o Homem, a criação de um grupo de estudo e de ação dentro do espírito de autogoverno, o desenvolvimento de uma mentalidade nova no educador, que deveria passar a sentir-se participante do trabalho de soerguimento do país; e, finalmente, a renovação dos métodos e processos educativos com a rejeição daqueles exclusivamente auditivos, substituindo o discurso pela discussão e utilizando as modernas técnicas de educação de grupos com a ajuda de recursos audiovisuais. (Paiva, 1987, p. 210)

A partir de então, a luta contra a marginalização do sujeito em circunstância de analfabetismo, foi encampada e se tornou uma das bandeiras políticas do Movimento por uma Educação Popular, junto ao direito pelo voto. E, segundo Tavares (2015), essas mobilizações, tem como consequência, o "nascimento" oficial do movimento na cidade de Recife (PE), em maio de 1960.

A Educação Popular se reafirma como um instrumento de emancipação, combate as opressões estruturais e valorização dos trabalhadores, como transformadores da própria realidade. Propondo um novo modelo educacional ante hegemônico, o que torna todos os seus idealizadores, multiplicadores e princípios, alvos da Ditadura Civil Militar de 1964.

As perdas provocadas pela Ditadura são inseparáveis em diversos setores da sociedade brasileira, todavia a redemocratização em 1988, possibilita que os movimentos sociais, organizações políticas e instituições de ensino se instrumentalizem de seus princípios de práticas, abrindo precedentes para experiencias de educação com a identidade da classe trabalhadora.

Arroyo, Caldart e Molina (2008), apontam que pensar uma Educação para e do Campo, é necessário falar dos sujeitos do campo, de sua cultura, seu lugar, história e lutas que fazem parte da construção de uma territorialidade campesina, digna, suficiente e diversa. Contudo, no contexto histórico brasileiro, a educação para o campo, foi marcada pela marginalização, precariedade e descontextualização da realidade do campo. Com uma pedagogia bancária, importada da cidade como um pacote pronto: calendário, cartilha e professor, visando um "modelo de desenvolvimento que exclui" (Fernandes, 2006, p.62).

Na defesa de uma educação que trilhasse os caminhos dos saberes e da cultura dos povos camponeses, as Pastorais Eclesiásticas de Base, foram fundamentais nas lutas e reflações sobres as questões do campo no Brasil. Contribuindo para a criação das Ligas Camponesas, que posteriormente deram origem ao movimento sindical, social e diversas organizações voltadas para a luta do campo. Muitos deles, movidos pela metodologia e princípios da Educação Popular, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), deram inícios as reinvindicações pela institucionalização de uma Educação para/do Campo com caráter popular.

Assim, em julho 1997, o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), é o estopim para articulação entorno de estudos, proposições e disputas por uma Educação do Campo. E posteriormente, alcança a conquista do Edital n.º 2, de 23 de abril de 2008, que rege a chamada pública para seleção de projetos de instituições públicas de ensino superior para o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), possibilitando a implementação do que conhecemos hoje como Licenciatura em Educação do Campo (BRASIL, 2008).

Todavia, foi o edital de n.º 2, de 31 de agosto de 2012, regendo a chamada pública para seleção de Instituído Federal de Educação (IFES) e de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFECT), para criação de cursos de Licenciatura em Educação do Campo (BRASIL, 2012), que possibilitou a implementação do mesmo na região do Baixo Tocantins – PA.

Segundo os estudos de Barros (2021), o curso obteve a aprovação, e em 2013 a Licenciatura em Educação do Campo na UFPA/ Cametá, inicia suas atividades

administrativas com a criação da Faculdade de Educação do Campo (FECAMPO), contando na época, com 15 professores e 3 técnicos a administrativos. E no ano seguinte (2014), é aberto o primeiro processo seletivo especial, com turmas ofertadas para os municípios de Mocajuba, Baião, Limoeiro de Ajuru, Oeiras do Pará, Igarapé Miri, Vila do Carmo e Cametá, com foco nas áreas de Ciências Agrárias e da Natureza. E atualmente, com 11 anos, o curso tem dado seguimento ao legado histórico de lutas por uma Educação que dialogue com a realidade do campo e forme sujeitos com capacidade de atuar criticamente e contribuir com seus territórios, reivindicando sua matriz de origem, ligada as lutas populares, pela emancipação dos trabalhadores.

Conclusão

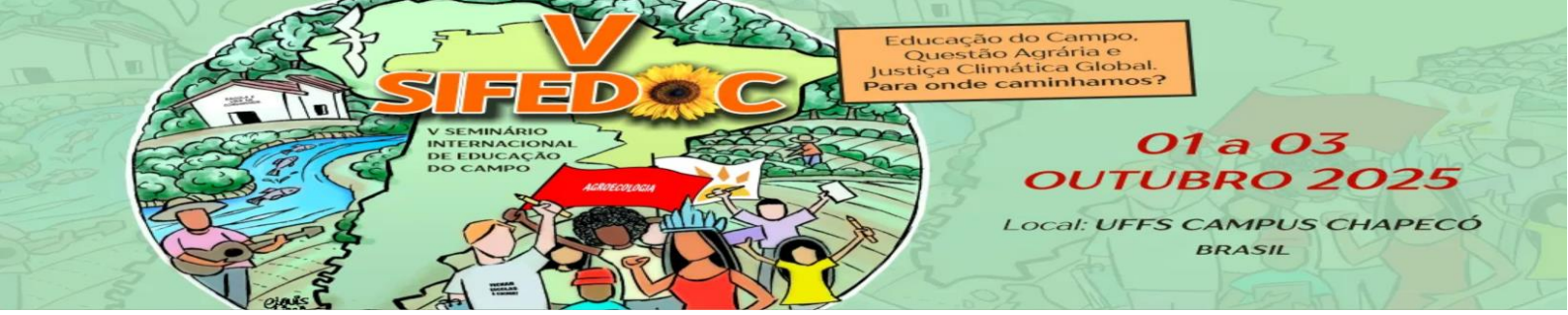
A partir do que foi mostrado na análise, o modelo de Educação Formal, projetado pela Burguesia, que carrega em sua gênese o intendo de manter a estrutura de classes, e com ela todos os mecanismos de opressão, sendo um deles, a dualidade entre a matriz de educacional ofertada aqueles que promovem a explorar, e aos que são explorados. Contudo, é por meio da dialética que uma nova prática de educação que emerge dos anseios do povo por uma pedagogia emancipadora, gerando novos mecanismos de propagação do conhecimento.

Assim, nos vemos diante do método de Educação Popular, e seu impacto na história do direito por educação no Brasil, munindo os movimentos sociais na luta por políticas públicas, sendo uma delas, o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, que encontrou na convergência entre a metodologia da Alternância Pedagógica e os princípios da Educação Popular, os meios para conduzir a formação de Intelectuais Orgânicos no seio da Amazonia Tocantina (Gramsci, 2005).

Referências bibliográficas

BARROS, O. F. **Territórios do currículo por áreas de conhecimentos na Licenciatura em Educação do Campo da UFPA, Baixo Tocantins/PA, no combate às encruzilhadas das colonialidades**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) − Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs**.). Por uma educação no campo**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.



BEISIEGEL, C. de R. **Política e Educação Popular**: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. São Paulo: Ática, 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ASSUMPÇÃO, Raiane. **Cultura rebelde**: Escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. (2008). **Edital n.º 2, de 23 de abril de 2008**. Chamada pública para seleção de projetos de instituições públicas de ensino superior para o PROCAMPO. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/edital_procampo.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2024.

_____. (2012). **Edital n.º 2, de 31 de agosto de 2012**. Chamada Pública para seleção de IFES e de IFECT para criação de cursos de Licenciatura em Educação do Campo. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13300-edital-02-2012-sesu-setec-secadi-31-agosto-2012-pdf&category_slug=junho-2013pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 dez. 2024

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A disputa da educação democrática em sociedade antidemocrática**. In: PENNA, Fernando; QUEIROZ, Felipe e FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.) EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA: antídoto ao Escola sem Partido. Rio de Janeiro - RJ: UERJ, LPP, 2018. pp. 15 ? 31.

GRAMSCI, A. **Passado e presente**. In E. Sader (Org.), Gramsci, poder, política e partido. (pp. 15-45). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, SP: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Socia**l. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PAIVA, V. **Educação popular e Educação de adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. **Educação popular e movimentos sociais contemporâneos**: algumas notas para reflexão. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 24, n. 43, p. 49-61, jan./jun. 2015.